

---

**Aptidão agrícola e concentração da produção em municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.**

**Agricultural aptitude and concentration of production in the cities from the Oriental Mesoregion of Tocantins and from the Far West Mesoregion of Bahia.**

**Aptitud agrícola y concentración de la producción en municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y de la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía.**

Autor <sup>1</sup> Orimar Souza Santana Sobrinho. <https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>

Autor <sup>2</sup> Fernando Luiz Araújo Sobrinho. <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

---

<sup>1</sup>Universidade de Brasília - UNB, Brasília, DF, Brasil, [orimar@uft.edu.br](mailto:orimar@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade de Brasília – UNB, Brasília, DF, Brasil, [flasobrinho@gmail.com](mailto:flasobrinho@gmail.com)

Recebido em: 28/12/2022

Aceito para publicação em: 28/03/2023

---

**Resumo**

Esta pesquisa analisa a marcha pioneira de produtos agrícolas que compõem a contemporânea concentração espacial da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, considerando os dados de 2000, 2010 e 2020 disponibilizados na pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) realizada pelo IBGE. Precedida de rastreamento bibliográfico sobre o tema e levantamento e organização de banco de dados secundários da PAM, os procedimentos metodológicos serão detalhados no texto. Os resultados identificam produtos que formam a história agrícola desse recorte territorial com acentuada concentração da produção e alteração na área plantada da Mesorregião Extremo Oeste Baiano vis-à-vis a Mesorregião Oriental do Tocantins.

**Palavras-chave:** região produtiva agrícola; reestruturação da produção agrícola; MATOPIBA; Mesorregião Oriental do Tocantins; Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

---

**Abstract**

This paper discusses the pioneering movement of agricultural products that constitute the contemporary spatial concentration of agricultural production in the cities from Eastern

Mesoregion of Tocantins and the Far Western Mesoregion of Bahia, considering the data from 2000, 2010 and 2020, available in the research of Municipal Agricultural Production (PAM) held by IBGE. Preceded by bibliographical tracking on the theme, survey and organization of PAM's secondary database, the methodological procedures will be described in the text. The results identify products that are part of the agricultural history of this territorial division with accentuated concentration of production, and the changes in the planted area of the Far West Mesoregion of Bahia in relation to the Oriental Mesoregion of Tocantins.

**Keywords:** agricultural productive region. restructuring of agricultural production. MATOPIBA. Oriental Mesoregion of Tocantins. Far West Mesoregion of Bahia.

---

### Resumen

Este estudio analiza la marcha pionera de los productos agrícolas que componen la concentración espacial contemporánea de la producción agrícola en los municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía, considerando los datos de 2000, 2010 y 2020 puestos a disposición en la investigación de Producción Agrícola Municipal (PAM) realizada por el IBGE. Precedido por el rastreo bibliográfico sobre el tema, el levantamiento y organización de la base de datos secundaria de la PAM, los procedimientos metodológicos serán detallados en el texto. Los resultados identifican productos que forman la historia agrícola de esta división territorial con una marcada concentración de la producción y el cambio en el área plantada de la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía frente a la Mesoregión Oriental de Tocantins.

**Palabras clave:** región productiva agrícola; reestructuración de la producción agrícola; MATOPIBA; Mesoregión Oriental de Tocantins; Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía.

---

### Introdução

Este trabalho analisa a marcha pioneira de produtos agrícolas que compõem a concentração espacial da produção agrícola nos municípios da Mesoregião Oriental do Tocantins e da Mesoregião Extrema Oeste Baiano, considerando os dados da série histórica, das culturas temporárias e permanentes de 2000, 2010 e 2020, disponibilizados na pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) realizada pelo IBGE.

Interessa-nos revelar a aptidão agrícola dessa região por meio dos produtos historicamente cultivados avaliando se é possível identificar a formação de conjuntos de municípios dedicados a cultivar produtos específicos ocasionando padrões espaciais.

Precedida de rastreamento bibliográfico sobre o tema e levantamento e organização de banco de dados secundários disponibilizados pela PAM, outras minúcias dos procedimentos metodológicos serão detalhadas mais adiante.

Os resultados confirmam a existência de produtos que estão presentes na história agrícola desse recorte territorial, mesmo quando há rupturas na apuração de dados de produção para determinado ano/produto. Além disso, fica evidente a acentuada concentração da produção e das principais alterações na área plantada da Mesorregião Extremo Oeste Baiano vis-à-vis a Mesorregião Oriental do Tocantins.

### **Ocupação pioneira da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano**

Considerando a perspectiva geopolítica mais ampla do espaço colonial português sabe-se que até a primeira metade do século XVII o interflúvio Araguaia-Tocantins marca o processo histórico de povoamento de uma região remota, pouco densa, o território enorme, a economia indefinida, e as linhas de comunicação e administração eram frágeis SCHWARTZ e LOCKART (2002), apud SANTOS (2008, p. 66).

Portanto, a partir do século XVIII, onde hoje se configura a Mesorregião Oriental do Tocantins, os processos vinculados à mineração, às missões religiosas e à atividade agropastoril tradicional se destacam na implantação dos arraiais da mineração, das aldeias missionárias e das fazendas que são os embriões de futuras cidades (BESSA, 2015, p. 10).

A exaustão dos aluviões auríferos provocou o imediato enfraquecimento da atividade mineradora, mas deu relevo à pecuária que já se expandia no refluxo naquela atividade à qual servia como meio de transporte, alimentação e vestuário. O progresso desta atividade é reforçado por uma frente pecuarista proveniente do Maranhão, de onde se deslocaram pequenos criadores de gado, no sentido oeste, à procura de melhores pastagens. Tal frente deu origem, ainda no Século XIX, a alguns

núcleos como Porto Nacional, Dianópolis, Pedro Afonso, Araguacema e Miracema do Norte (IBGE, 1991, p. 7).

Simultaneamente, uma frente agrícola maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará e assim, foi se intensificando a ocupação do norte deste território, motivando a formação de pequenos sítios para produção de arroz no extremo norte, e no extrativismo da madeira e do babaçu, mais ao sul, consolidando o suporte comercial regional. Ato contínuo, outra corrente de ocupação se firmava em direção ao sudeste do Tocantins, proveniente de uma frente garimpeira de maranhenses e piauienses, atraídos pela descoberta do cristal de rocha na região de Cristalândia, Pium e Duerê (IBGE, 1991, p. 7).

De acordo com IBGE (1958, p. 541) até final do Século XIX a pecuária extensiva era predominante na região, a agricultura era de pouca expressão e quase sempre voltada para “produtos básicos que são: mandioca, arroz, feijão, e milho” com destaque para os municípios de Pedro Afonso, Porto Nacional e Peixe dedicados na produção de arroz, localizados na Mesorregião Oriental do Tocantins.

Para Bessa (2015, p. 16), durante o Século XIX e até meados do Século XX, a maioria dos embriões urbanos desta região estavam fortemente ligas à pecuária como atividade preponderante, mas havia forte interesse na produção de gêneros alimentícios, “como milho, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, farinha, açúcar e aguardente” produzidos de forma rudimentar e rarefeita na maioria dos arraiais e vilas, “o que limitava a atividade comercial”.

A partir de meados do Século XX na década de 1960, o avanço da fronteira econômica se projeta nesta região mediatizado pela abertura da BR-153 ou Belém-Brasília. A existência dessa estrada em sentido longitudinal pressionou pela abertura de vias transversais a partir dela redirecionando e incentivando a movimentação de mão-de-obra e de fluxos migratórios inter e intrarregionais. O caráter indutor da Belém-Brasília possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos

urbanos, fundamentando e acelerando a estruturação da rede urbana no Tocantins (IBGE, 1991, p. 8).

Foi após 1988, ano em que se tornou o 26º Estado da Federação, que o Tocantins assistiu a uma grande expansão da sua rede rodoviária, especialmente após a implantação da nova capital do Estado e do projeto de construção de sua centralidade urbana. Era imprescindível incorporar Palmas às principais áreas produtivas do Estado, bem como em outras direções para integrar nesta região, em termos de circulação e perspectivas econômicas, as áreas com menor dinamismo como a parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocantinense (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

Sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial a região do atual Oeste Baiano principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. No final do século XVI e durante todo o século XVII, sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Na segunda metade do século XVII, o governador geral do Brasil, Dom João de Lencastre, a mando da corte lusitana, iniciou o processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários na margem esquerda do rio São Francisco Almeida (1996), apud da Silva Santos, (2016, p. 137).

A partir da segunda metade do século XVII e ao longo do Século XVIII, na atual Mesorregião Extrema Oeste Baiano os grandes latifúndios originários das sesmarias de famílias tradicionais foram, inicialmente, responsáveis pela maior incidência de currais nas margens do Rio São Francisco e, em seguida, este processo estendeu-se pelos cursos navegáveis dos rios Grande, Corrente e Preto (ROCHA, 1940, p. 14).

Assim, durante dois séculos e meio de colonização, dado o caráter extensivo da pecuária, a formação dos insipientes núcleos urbanos esteve ligada muito mais à

necessidade de criação de pequenos entrepostos comerciais que a uma vigorosa economia com relações sociais urbanas.

Além disso, Brandão (2009, p. 55) acrescenta que a atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa rede de articulação viária.

Para Magalhães et al (2017, p. 16) a incipiente agricultura na região tinha como principal obstáculo as irregularidades climáticas que prejudicavam a produção e comercialização do algodão, arroz e cereais.

Também neste período, O sal-gema e o salitre foram as principais fontes econômicas para a atividade de criação de gado e para o beneficiamento de carnes e peixes, enquanto que a rapadura, a cachaça, a farinha de mandioca e a diversidade das atividades exercidas por vaqueiros, lavradores e canoieiros incrementaram a economia local, destacando-se também a indústria vegetal, com a utilização de ubás e igaras para a produção de canoas, beneficiando também a pescaria, e a indústria da construção, com a utilização de madeiras, carnaúbas, estipe para esteios, linhas, cercados e palhas IBGE, (1958) apud da Silva Santos (2016, p. 142).

Em fins do século XX, no extremo oeste baiano, as ligações ferroviárias eram feitas a partir das extremidades navegáveis do rio São Francisco, tanto por Juazeiro, ao norte, como por Pirapora, ao sul. Com essas tem-se “o primeiro momento integrador dos habitantes da região do sertão do São Francisco à sociedade nacional” (SANTOS, 2008, p. 32).

De acordo com ANTT (2021), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL (EF-334) foi outorgada à Valec por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, e tem extensão de 1.527 quilômetros, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O empreendimento está dividido em três trechos: Trecho I: Ilhéus/BA – Caetité/BA, com extensão de 537 km, o Trecho II: Caetité/BA – Barreiras/BA, com extensão de 485

km e o Trecho III: Barreiras/BA – Figueirópolis/TO, com extensão aproximada de 505 km, em fase de revisão de estudos e projetos, conta com Licença Prévia emitida pelo IBAMA.

Com efeito, principalmente a partir dos anos 1960 na Bahia, começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes como a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 e, posteriormente consolidando as ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições rústicas, mas possibilitando prolongamentos consideráveis de Barreiras com o Piauí, com Santa Maria da Vitória e dali com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a BR-349 ligando centros como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves com Mansidão (SANTANA SOBRINHO, 2022, p. 9; DA SILVA SANTOS, 2016, p. 150).

Temos por certo que a pecuária representa a atividade indutora das relações de produção nesta região, mas em momento posterior a agricultura de subsistência quase sempre para o autoconsumo, ganha expressão na produção e marca as relações comerciais de muitos municípios pois, de acordo com da Silva Santos (2016, p. 148), pelo porto de Barreiras escoavam produtos locais como: “arroz, feijão, carne seca, rapadura, melão da cana” dentre outros e, a partir de então começa o lento processo de especialização da produção regional de “cana-de-açúcar, algodão, coco, arroz, feijão, mandioca e milho, complemento imprescindível da renda agrícola dos pequenos núcleos urbanos (DA SILVA SANTOS, 2018, p. 32).

Quando novas práticas se inserem na luta dos lugares pela ruptura da ordem vigente a ocorrência de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais são as principais portadoras da remodelação do espaço. No caso do Extremo Oeste Baiano a partir do Século XX, ocorre a ruptura do processo histórico

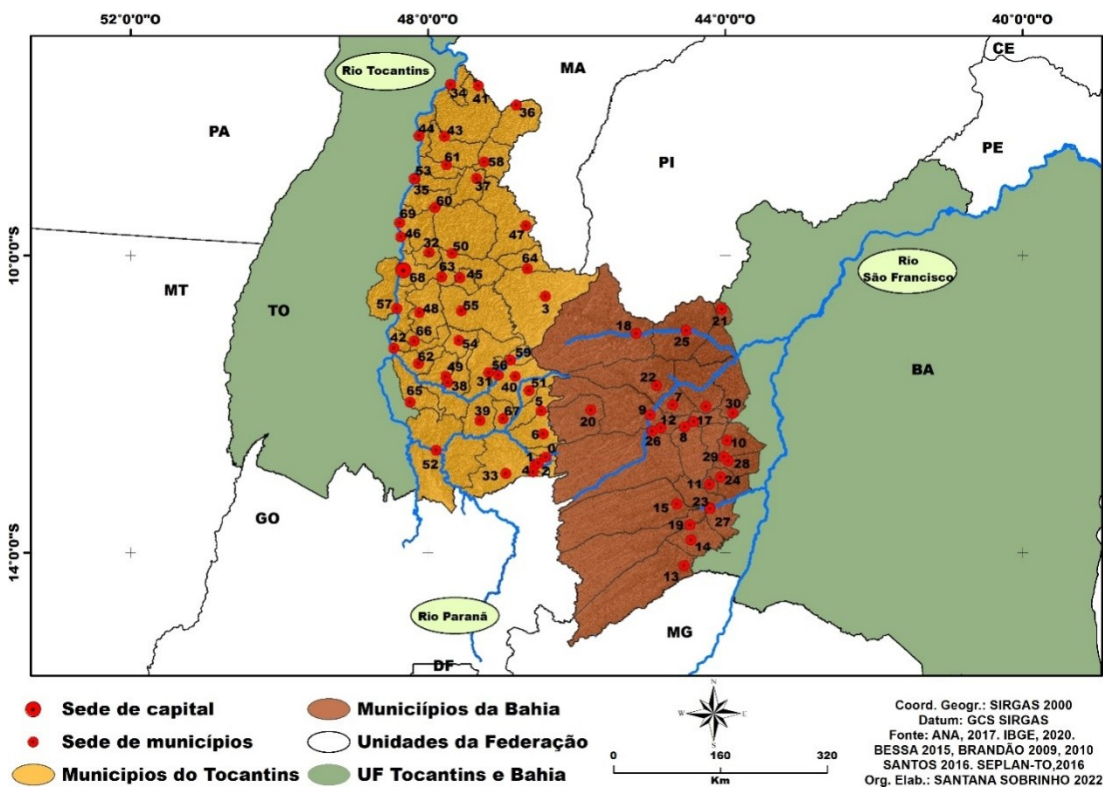
vigente fazendo emergir profundas transformações com a diversificação dos produtos produzidos e no modo de produção.

O ritmo das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010, ocorreu principalmente pela substituição muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados por uma agricultura mecanizada com culturas anuais intensificadas por novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação. Deste contexto emerge o protagonismo de alguns lugares em detrimento de outros, pois o processo de modernização do espaço não ocorre de maneira homogênea e simultânea.

Neste caso, quase sempre a posição do Estado visa incentivar e/ou facilitar os investimentos privados ligados na sua maioria ao agronegócio de grãos.

Com o fito de representar a localização geográfica, o Mapa 1 e o Quadro 1 explicam a delimitação recente do recorte territorial deste estudo e relacionam as cidades sede dos municípios.

**Mapa 1-** Localização do recorte territorial com os municípios deste estudo



Fonte: Elaboração própria a partir de bases digitais (IBGE, 2020, BESSA 2015; BRANDÃO 2009, 2010;)



**Quadro 1-** Relação dos municípios do Mapa 1

Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF	Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF	Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF
0	Aurora do Tocantins	TO	24	Santana	BA	47	Lizarda	TO
1	Combinado	TO	25	Santa Rita de Cássia	BA	48	Monte do Carmo	TO
2	Lavandeira	TO	26	São Desidério	BA	49	Natividade	TO
3	Mateiros	TO	27	São Félix do Coribe	BA	50	Novo Acordo	TO
4	Novo Alegre	TO	28	Serra Dourada	BA	51	Novo Jardim	TO
5	Ponte Alta do Bom Jesus	TO	29	Tabocas do Brejo Velho	BA	52	Paraná	TO
6	Taguatinga	TO	30	Wanderley	BA	53	Pedro Afonso	TO
7	Angical	BA	31	Almas	TO	54	Pindorama do Tocantins	TO
8	Baianópolis	BA	32	Aparecida do Rio Negro	TO	55	Ponte Alta do Tocantins	TO
9	Barreiras	BA	33	Arraias	TO	56	Porto Alegre do Tocantins	TO
10	Brejolândia	BA	34	Barra do Ouro	TO	57	Porto Nacional	TO
11	Canápolis	BA	35	Bom Jesus do Tocantins	TO	58	Recursolândia	TO
12	Catolândia	BA	36	Campos Lindos	TO	59	Rio da Conceição	TO
13	Cocos	BA	37	Centenário	TO	60	Rio Sono	TO
14	Coribe	BA	38	Chapada da Natividade	TO	61	Santa Maria do Tocantins	TO
15	Correntina	BA	39	Conceição do Tocantins	TO	62	Santa Rosa do Tocantins	TO
16	Cotegipe	BA	40	Dianópolis	TO	63	Santa Tereza do Tocantins	TO
17	Cristópolis	BA	41	Goiatins	TO	64	São Félix do Tocantins	TO
18	Formosa do Rio Preto	BA	42	Ipueiras	TO	65	São Valério	TO
19	Jaborandi	BA	43	Itacajá	TO	66	Silvanópolis	TO
20	Luís Eduardo Magalhães	BA	44	Itapiratins	TO	67	Taipas do Tocantins	TO
21	Mansidão	BA	45	Lagoa do Tocantins	TO	68	Palmas	TO
22	Riachão Das Neves	BA	46	Lajeado	TO	69	Tocantínia	TO
23	Santa Maria Da Vitória	BA						

**Fonte:** Elaboração própria a partir de bases digitais (IBGE, 2020)

Por um lado, a mineração e posteriormente a agricultura e a pecuária se revelam como atividades econômicas que organizam a ocupação e o povoamento do norte de Goiás, e por extensão o espaço da atual Mesorregião Oriental do Tocantins. Por outro lado, onde se configura hoje a Mesorregião Extrema Oeste Baiano é a pecuária, seguida pela agricultura de subsistência, que têm o papel pioneiro preponderante na ocupação e ordenamento do espaço regional, sem negligenciar a importância dessas atividades na formação da rede urbana deste recorte territorial, apresentado no Mapa 1 e no Quadro 1.

### **O agronegócio e a modernização da produção agrícola em regiões produtivas do MATOPIBA**

Temos por certo que o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio provocou a expansão territorial dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006 [Geopauta](#), Vitória da Conquista ISSN: 2594-5033, V. 7, 2023, e11657

p. 38-39). Além disso, as empresas que constituem a rede agroindustrial fortemente tecnológica que se estabelece em determinada região, interfere diretamente no desmanche da solidariedade orgânica localmente e historicamente tecida, que fica por isso extremamente comprometida. Por extensão, o comportamento operacional das redes agroindustriais organiza uma sobreposição de divisões territoriais e sociais do trabalho originando assim uma variedade de circuitos da economia agrária.

No debate sobre as transformações recentes que vem ocorrendo nos espaços urbanos e rurais do Brasil, naturaliza-se a argumentação do agronegócio como via de progresso constante e capaz de conciliar a permanência de aptidões regionais tradicionais frente às demandas por novos produtos e serviços especializados (ELIAS, 2021, p. 5). Por conseguinte, esses fatores vêm condicionando a especialização seletiva da produção agrícola sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas.

Desse modo emergem os “circuitos espaciais da produção” que organizam a formação dos “círculos de cooperação” a partir de grupos de municípios dedicados a produzir determinados produtos e que muitas vezes resultam em padrões espaciais regionais orientados pela concentração da produção em determinados municípios.

Por isso, a criação e delimitação do MATOPIBA materializam uma “realidade geográfica” que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins caracterizada pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

A delimitação do MATOPIBA realiza a implementação de um objeto geográfico que Elias (2011, p. 155) caracteriza e define como Região Produtiva Agrícola (RPA).

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos fortemente atrelados ao agronegócio globalizado e, portanto, orientados pelas imbricações do aparato técnico das redes agroindustriais.

Dessa forma, são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de [circuitos superiores] do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011, p. 155).

Nas RPAs, o movimento de reestruturação dos sistemas produtivos agrícolas produz rebatimentos na base dos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária, especialmente no conteúdo técnico da produção, nas relações sociais de produção e na estrutura fundiária.

Temos por certo que a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos ainda em processo acelerado de reorganização, pois estes passam a compor novos arranjos territoriais fortemente atrelados no agronegócio globalizado. Desse modo,

Tal realidade acirra a refuncionalização desses arranjos e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica dos respectivos espaços. Do mesmo modo, as RPAs são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2011, p. 156).

Não é por outra razão o nosso interesse em representar a concentração da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extrema Oeste Baiano, para identificar a existência de padrões geográficos formando contiguidades ou fragmentações espaciais, considerando o volume de cada produto produzido nos municípios. Além disso, sabe-se que as transformações nos espaços agrícolas modernos ocorrem, principalmente, com ampliação das áreas plantadas e intensificação do uso de tecnologias avançadas que aceleram o funcionamento dos sistemas produtivos.

Neste sentido, é importante compreender como se organiza a produção nos municípios das mesorregiões analisadas considerando a diversidade de produtos produzidos, pois cada um possui suas próprias exigências de insumos, serviços,

força de trabalho, tecnologias, capital maquinário etc. realçando ainda mais a distinção entre os lugares.

### **Percurso metodológico**

A metodologia estruturou-se na abordagem qualitativa para realizar o rastreamento das contribuições teóricas e conceituais que balizam o debate sobre o agronegócio e seu papel na reestruturação da produção agrícola no Brasil, bem como os desdobramentos que marcam as transformações espaciais recentes ocasionadas por este complexo sistema produtivo. Por outro lado, a abordagem quantitativa mostrou a necessidade de levantamento e tratamento de dados secundários com uso do geoprocessamento para representar os volumes produtivos nos municípios das Mesorregiões estudadas, possibilitando identificar e analisar a formação de padrões geográficos considerando o volume final de cada produto produzido e os rebatimentos nas áreas plantadas dos municípios.

Este estudo considerou o conjunto de dados organizados pelo IBGE para compor a pesquisa denominada Produção Agrícola Municipal (PAM). Os resultados reúnem para todo o Território Nacional um conjunto de 64 produtos agrícolas sendo 31 de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes.

As tabelas disponibilizadas pelo IBGE no formato Excel xlsx, contém os dados da área plantada ou destinada a colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporária e permanentes.

Para a elaboração dos documentos cartográficos, inicialmente realizou-se adequações Tabela 5457 da PAM eliminando informações desnecessárias, atribuindo o valor 0 (zero) para a ausência de quantidade produzida por período, além de selecionar os principais produtos da história agrícola dessa região composta pelo algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, baseando-se em (DA SILVA SANTOS 2018, p. 33) e (BESSA 2015, p. 16). De posse da Tabela 5457 da PAM, observou-se que a produção de algodão é quase inexistente para os municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins em todos os períodos, optando-se portanto de

não ser considerado nas análises de área plantada e quantidade produzida do recorte territorial estudado.

Importa destacar que a PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Assim, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM no final do ano civil em 31.12, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento. Com periodicidade anual e grande abrangência, a PAM alcança Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios em todo o Brasil.

### **Apresentação e discussão da produção agrícola da mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extrema Oeste Baiano**

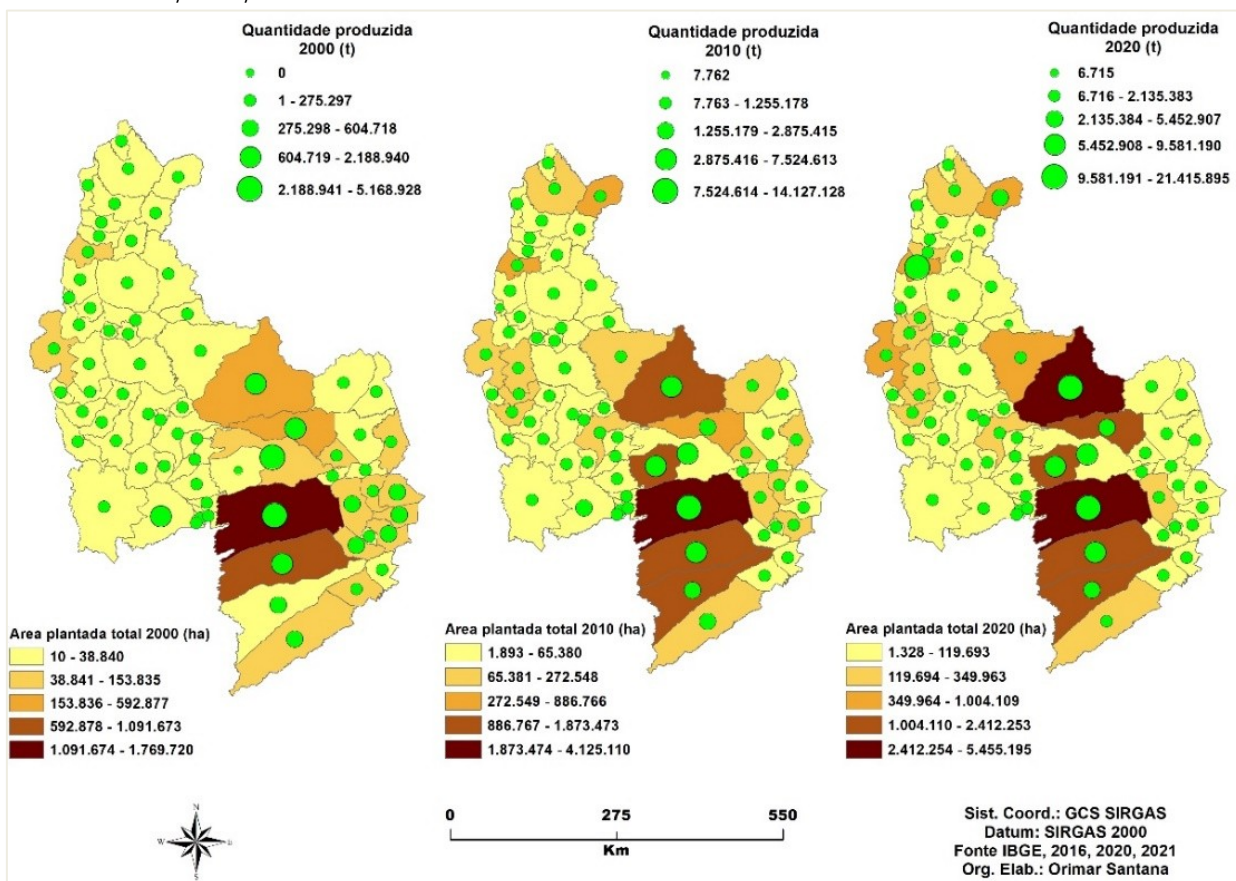
Nas argumentações precedentes acerca do movimento pioneiro de ocupação dessa região fica claro que a agricultura de subsistência marca a realidade econômica das comunidades precursoras da ocupação dessas regiões concentrada quase sempre no cultivo de algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, dentre outras, compondo assim a matriz do quadro da produção agrícola destacado por (DA SILVA SANTOS 2018, p. 33) e (BESSA 2015, p. 16).

Recomenda-se consultar o Mapa 1 e o Quadro 1 para identificar os municípios e compreender melhor a realidade espacial e temporal da produção agrícola dessas Mesorregiões. Neste sentido, o Mapa 2 representa a periodização decenal da produção agrícola considerando a área plantada total e a quantidade da produção na década de 2000, 2010 e de 2020 a partir da seleção dos produtos já destacados.

No que tange à quantidade da produção do período, observa-se aumento de 36,58% na quantidade produzida entre 2000 e 2010 elevando consideravelmente para 65,96% entre 2010 e 2020 perfazendo um aumento final de 33% na quantidade total da produção dos municípios. Além disso, também houve aumento da área plantada total de 42,9% entre 2000 e 2010, elevando para 75,6% entre 2010 e 2020. Equivale

dizer, portanto, que o aumento da produção acompanhou de muito perto o aumento final de 32% das áreas plantadas no período.

**Mapa 2-** Representação espacial e temporal da produção agrícola dos municípios 2000/2010/2020.



Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

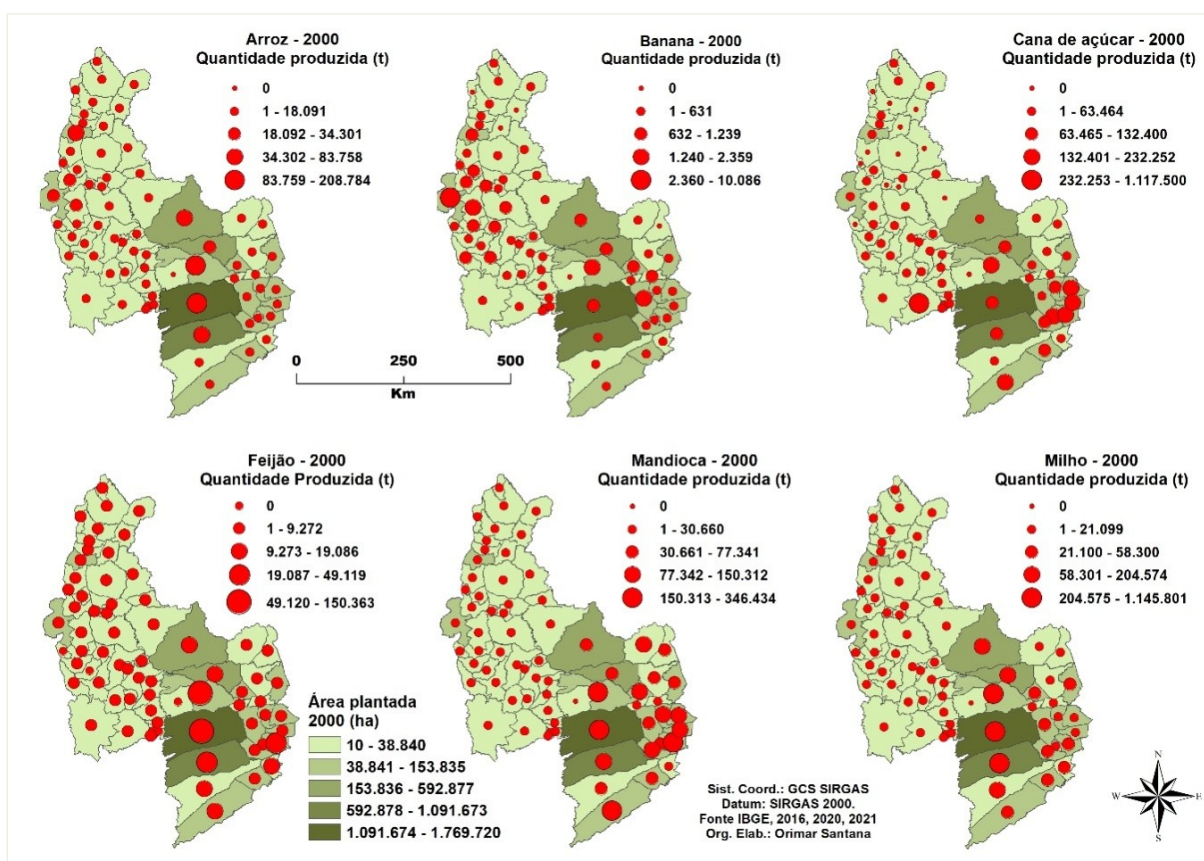
A partir dos produtos historicamente produzidos nestas regiões e considerando os dados disponibilizados pela PAM 2021, a sequência de documentos cartográficos apresentados possibilita compreender o movimento das transformações considerando os principais produtos agrícolas que caracterizam a aptidão agrícola da região.

No Mapa 3 o principal interesse é destacar os produtos básicos, segundo da Silva Santos (2018, p. 33) e (Bessa, 2015, p. 16), que marcam a agricultura regional considerando a área total destinada ao plantio e a quantidade produzida.

Fica bastante claro que todos os municípios se dedicam, em maior ou menor proporção na produção de todos os produtos considerados entretanto, a produção está fortemente concentrada nos municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano

onde também há um grande número de municípios com área plantada superior a 153.000 *ha* com especial destaque na produção de arroz, feijão, mandioca e milho. Diferentemente do Tocantins onde a quase totalidade dos municípios apresentam área plantada entre 10 e pouco mais de 38.000 *ha* e apenas dois municípios com área plantada superior a esse limiar, a produção mais expressiva é de banana acima de 2.000 *t* e cana-de-açúcar em apenas um município ultrapassando 1.000.000 *t*.

Mapa 3- Área plantada total e quantidade produzida dos produtos selecionados - 2000



Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

Portanto, o padrão espacial que se configura nesta ocasião se expressa no amplo conjunto dos municípios tocantinenses formando um bloco relativamente compacto de baixa dedicação de áreas para plantio com rebatimentos diretos na quantidade produzida. Diferenciando-se em grande medida do Oeste Baiano com maior número de municípios com diferenças consideráveis de áreas disponíveis para

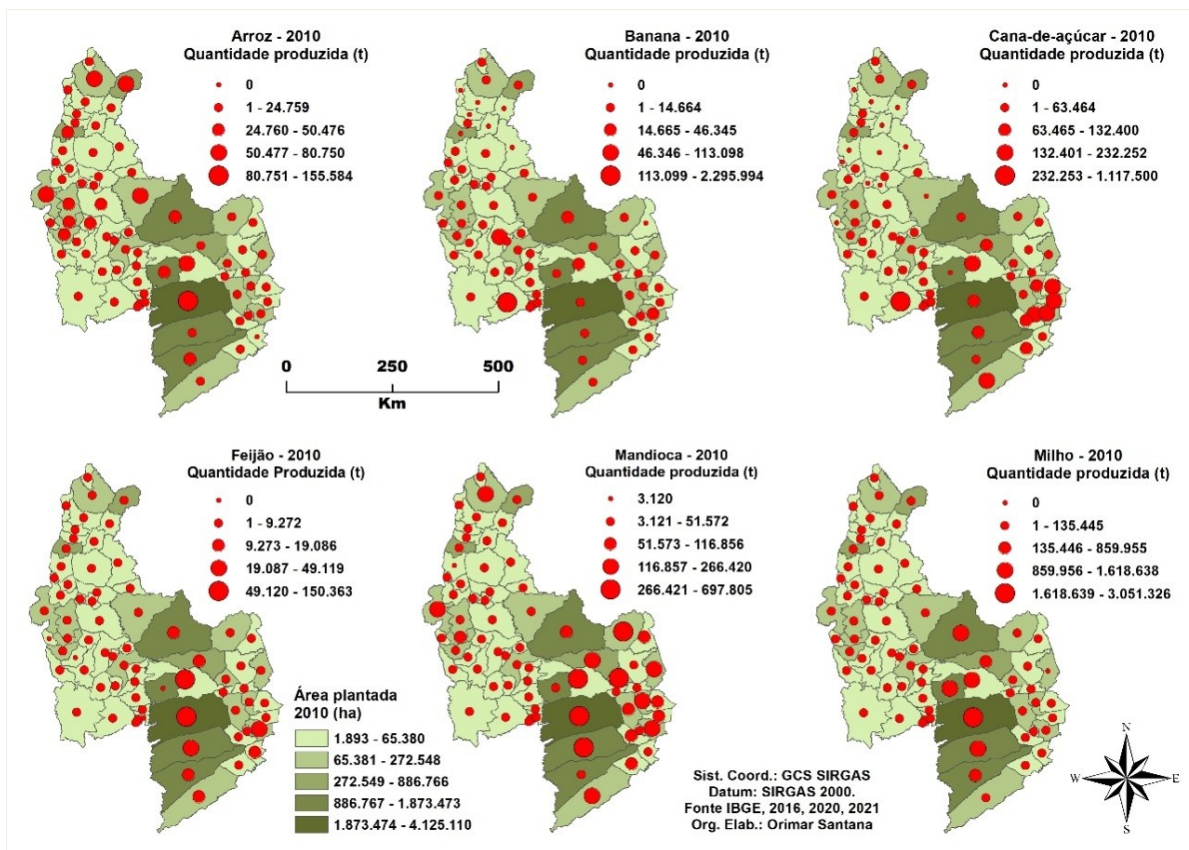
plântio configurando diversidade do padrão espacial tanto das áreas quanto no porte produtivo.

Com o fito de representar a produção dos principais produtos agrícolas da região na década de 2010, o Mapa 4 evidencia as transformações ocorridas na área mínima plantada que era de 10 *ha* no início da década de 2000 passando para mais de 1.800 *ha* em 2010, de modo semelhante o aumento da área plantada se revela no limiar máximo que em 2000 era de mais 1.700.00 *ha* passando para mais de 4.000.000 *ha* ao final da década de 2010, representando assim aumento de 42,8% da área plantada total, entre as décadas de 2000/2010. Enquanto a Mesorregião Extremo Oeste Baiano permanece no comando da área plantada e da quantidade produzida de arroz, feijão, mandioca e milho em 2010, sem expressar grandes alterações na área plantada neste período é possível observar considerável aumento na produção de alguns produtos na Mesorregião Oriental do Tocantins como é o caso do arroz em 4 municípios com produção acima de 50.000 *t*, destaque também na produção de banana no sudeste dessa Mesorregião ultrapassando 113.000 *t* e a mandioca em municípios da área central e norte superando 100.000 *t*.

Nesta etapa da análise temos por padrão espacial as poucas alterações nas áreas disponíveis para plântio dos municípios tocaninense onde apenas 7 deles apresentam aumento das áreas de plântio com desdobramento diretos nas quantidades produzidas dos produtos tradicionais da região. Do lado baiano, a diversidade se expressa tanto na diversidade do tamanho das áreas de plântio quanto na quantidade produzida dos mesmos produtos sem, contudo, formar contiguidades em larga escala.

Mapa 4- Área plantada total e quantidade produzida dos produtos selecionados - 2010





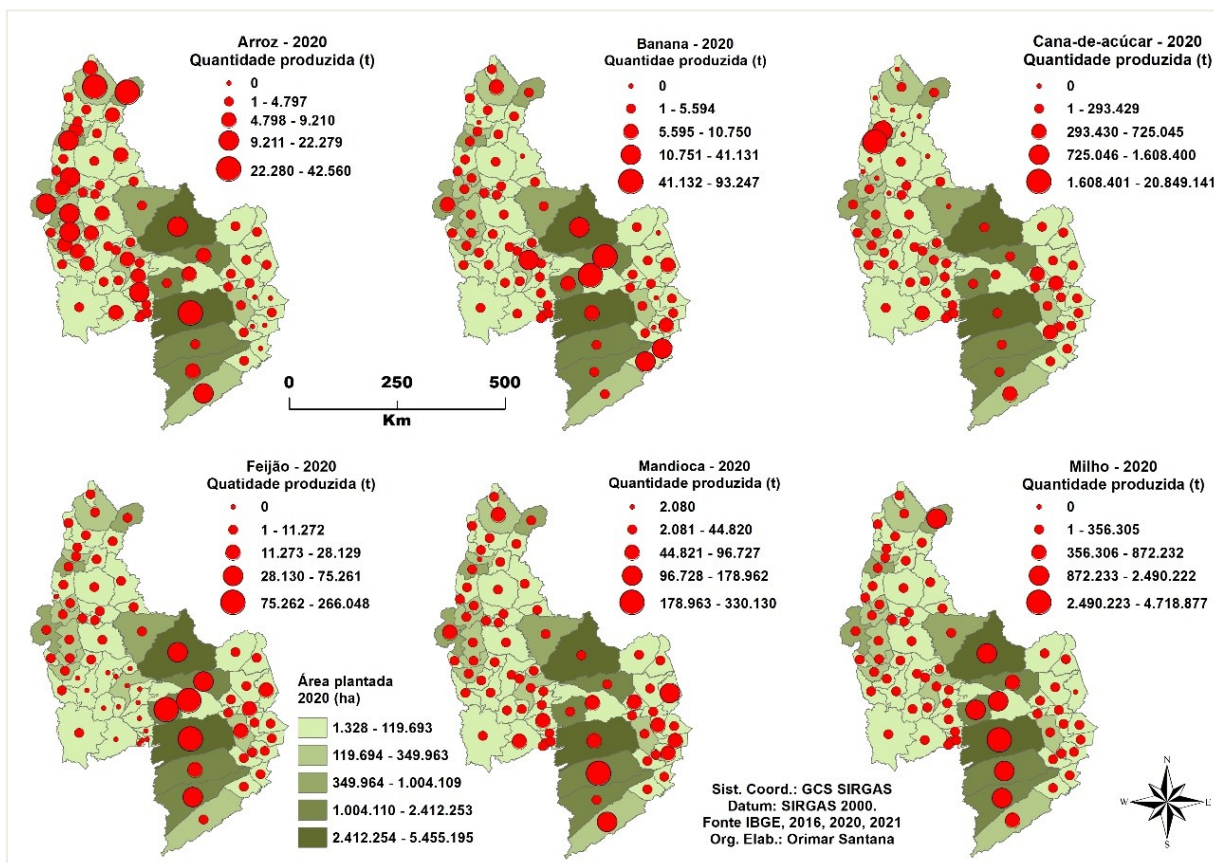
Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

Diferenças significativas podem ser apontadas no Mapa 5 no que se refere à ampliação da área plantada total em 75,6% entre 2010 e 2020 especialmente nos municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano. No que se refere às quantidades produzidas, em que pese o comando produtivo da região baiana especialmente de banana, feijão, mandioca e milho, do lado tocantinense sem grandes ampliações nas áreas plantadas assiste-se ao aumento expressivo da produção de arroz em municípios da porção norte desta Mesorregião, ultrapassando 42.000 t, cana-de-açúcar superior a 20.000.000 t e o milho produzindo acima de 2.000.000 t.

Entretanto, no que se refere à formação de padrões espaciais pela concentração da produção nesse período, as configurações territoriais que se expressam pelas alterações nas dimensões das áreas de plantio paralelamente às quantidades da produção deste recorte territorial revelam, por um lado a permanência do lado tocantinense sem a ampliação das áreas plantadas com rebatimento diretos na quantidade da produção, exceto de arroz em 2020, e, por outro lado, o movimento

dinâmico nos municípios do lado baiano, com ampliação sistemática das áreas de plantio e assim alcançando o crescente aumento da quantidade da produção dos produtos em tela.

Mapa 5- Área plantada total e quantidade produzida dos produtos selecionados - 2020



Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

O exposto revela, portanto, as condições e os meios pelos quais a reestruturação da agricultura se projeta neste recorte territorial e também, as possibilidades de utilização dos dados da PAM para realizar representações cartográficas capazes de evidenciar os padrões espaciais que se formam na região, seja pela intensidade da concentração da produção agrícola ou pelas alteração nas áreas destinadas ao plantio.

## Considerações finais

Pode-se afirmar que inicialmente a mineração e a pecuária extensiva acompanhada da agricultura de subsistência em momento subsequente, forjaram o povoamento descontínuo deste território e implementaram o cultivo de produtos que permanecem delineando a aptidão agrícola desta região.

Neste sentido, algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho representam a matriz produtiva da agricultura regional e que no longo tempo pressionam os agentes produtores e os proprietários de terra pela ampliação de áreas para plantio ocasionando muitas vezes significativas diferenciações na quantidade produzida pelos municípios.

Quase sempre, os resultados quantitativos dessa produção podem organizar uma diversidade de níveis hierárquicos entre os municípios, formando padrões espaciais seja pelas transformações nas áreas de plantio seja pela quantidade produzida total ou individualizada por produtos, conforme experimentamos representar aqui.

Temos por certo que a reestruturação da produção agrícola nesta região ocorre fundamentalmente pela ampliação das áreas de plantio e inserção de novos produtos a serem cultivados com o fito de diversificar o perfil agrícola da região. Por isso, os resultados apresentados aqui sinalizam a necessidade da continuidade de pesquisas que possam identificar mudanças na carteira dos produtos agrícolas da região.

A partir dos resultados fica claro a origem da aptidão agrícola regional marcada principalmente pela produção de algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, mas a inserção desta região nos interesses do avanço da fronteira agrícola pressiona pela diversificação dos produtos produzidos e até mesmo desconsiderando produtos importantes como algodão, que não tem tradição de produção nos municípios tocantinenses e foi, por isso, excluído das representações cartográficas.

## Referências

ALMEIDA, Ignez Pitta de. Saudade de Barreiras: álbum de recordações. Barreiras: Gráfica Irmãos Ribeiro, 1996.

Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT. 2021. Disponível em:< <https://portal.antt.gov.br/ef-334-ii-ii-e-ii-iii> >. Acesso em 08/06/2022.

BESSA, K. Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015. Disponível em:<<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/3312>>

BORGES, R. T. SOUZA, P. A. B. de. PEREIRA, E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do Tocantins entre 1990 a 2007. **Revista Interface**, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em:< <https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>

BRANDÃO, P. R. B. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827) - DOI 10.5216/bgg.v29i1.6059. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009. DOI: 10.5216/bgg.v29i1.6059. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/6059>. Acesso em: 5 nov. 2022.

DA SILVA SANTOS, I. D. A gênese do urbano no Oeste Baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. *GeoTextos*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i1.15704. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15704>. Acesso em: 6 nov. 2022.

DA SILVA SANTOS, I. D. O papel das localidades centrais na rede urbana do Oeste Baiano: do declínio de Barra à ascensão de Barreiras (início do Século XX à década de 1980). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, MG, v. 19, n. 65, p. 29-42, 2018. DOI: 10.14393/RCG196503. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/36739>. Acesso em: 6 nov. 2022.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. *Geosp*, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182640>.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, N. 2 / NOVEMBRO 2011

FRAGOSO, D, de B. e CARDOSO, E. A. Expansão da Agricultura no Tocantins. (In) *Agricultura e mudanças do clima no Estado do Tocantins [livro eletrônico]: vulnerabilidades, projeções e desenvolvimento / organização Erich Collicchio, Humberto Ribeiro da Rocha*. -- Palmas, TO: Editora Universitária-EdUFT, 2022. 438 p. PDF. Disponível em:< <https://repositorio.uft.edu.br/handle.>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. *Rev. Bras. Geogr.* Rio de Janeiro, v. 53, n.4, p. 1 - 166, out./dez. 1991. Disponível em:< [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1991\\_v53\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n4.pdf) >

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. IBGE. [Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística]. Rio de Janeiro. IBGE. Livro 27295, v. 4. Ano: 1957-1964. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>>

IBGE. Bases cartográficas contínuas – Brasil. Malhas Digitais. IBGE. 2020. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads->

[Geopauta](#), Vitória da Conquista ISSN: 2594-5033, V. 7, 2023, e11657

[geociencias.html?caminho=cartas\\_e\\_mapas/bases\\_cartograficas\\_continuas/bc250/verso2021/](http://geociencias.html?caminho=cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/verso2021/)>

IBGE . Pesquisa Agrícola Municipal. IBGE. 2022. Disponível em:<  
<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>

MAGALHÃES, P. G. SILVA, R. S. BOTO, B. M. MAGALHÃES, V. OLIVEIRA, R.

O Oeste baiano: uma perspectiva histórica. SILO.TIPS. 2017. Disponível em:<  
[https://silo.tips/queue/o-oeste-baiano-uma-perspectiva-historica?&queue\\_id=1&v=1667739538&u=MTc3LjEyNi45NC4xMDC=>](https://silo.tips/queue/o-oeste-baiano-uma-perspectiva-historica?&queue_id=1&v=1667739538&u=MTc3LjEyNi45NC4xMDC=>)

OLIVEIRA, M. A. B. ANÁLISE HISTÓRICO/GEOGRÁFICA DO OESTE DA BAHIA: BREVE LEVANTAMENTO DOS MOVIMENTOS DE DIVISÃO NO CONTEXTO DE

FORMAÇÃO TERRITORIAL. Anais de VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES. 10 a 16 ag. 2014. Disponível em:<  
[http://www.cbge2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404090341\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_CB\\_G.pdf](http://www.cbge2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404090341_ARQUIVO_Artigo_CB_G.pdf)>

ROCHA, Geraldo. **O rio de São Francisco**. Factor precipuo da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SANTANA SOBRINHO, O. S. SOBRINHO, F. L. A. OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO. **Geofronter**, Campo Grande, v.8, p. 01-21. Disponível em:<  
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7088/5196>>

SANTOS, C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**. (Outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017. Publicado: 28-10-2016. Disponível em:<  
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>

SANTOS, F. V. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1780)**. (Tese. Doutorado). São Paulo. Universidade de São Paulo. Departamento de História. 2008, 440p. Disponível em:<  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Aptidão agrícola e concentração da produção em municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extrema Oeste Baiano.

SOBRINHO, O. S. S; SOBRINHO, F. L. A.

Contribuição dos autores:

Autor 1: Pesquisa bibliográfica, elaboração, produção cartográfica e discussão dos resultados.

Autor 2: Supervisão, análise final dos resultados e revisão do texto.